



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes**

## **A CATEGORIA DO ESTADO NA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE KARL MARX**

**HENRIQUE ANDRÉ RAMOS WELLEN<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Objetivou-se apresentar determinações analíticas acerca da categoria do Estado dentro de obras teóricas de Karl Marx, baseando-se no processo de sua formação em relação à crítica da economia política. A análise adotou *O Capital* como obra de referência, assim como as relações de dependência da política com a economia, e abordou especificidades do Estado capitalista apresentadas pelo autor alemão.

**Palavras-chave:** Economia Política; Estado; Karl Marx.

### **ABSTRACT:**

The objective was to present analytical determinations about the category of the State within the theoretical works of Karl Marx, based on the process of his formation in relation to the critique of political economy. The analysis adopted the *Capital* as reference work, as well as the dependency relations between politics and the economy, and addressed specificities of the capitalist State presented by the German author.

**Keywords:** Political Economy; State; Karl Marx.

### **Introdução**

Dentro das obras teóricas e políticas escritas por Karl Marx, a análise do Estado remete a um movimento contraditório, pois representa, ao mesmo tempo, um objeto bastante presente dentro dos seus textos e livros, mas que, geralmente, não recebe uma abordagem expositiva e analítica bem desenvolvida. Trata-se de uma categoria utilizada em diversas obras, que acompanha uma longa cronologia de publicações, desde obras ditas “juvenis”, até as que foram escritas em momentos finais da vida do pensador alemão. Contudo, em vários momentos da sua

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

análise, a categoria do Estado figura muito mais como um fenômeno pressuposto, do que como um objeto explicitado e teoricamente sistematizado em suas variadas determinações.

Esse fato não deriva, contudo, de lacuna advinda de ausência de preocupações analíticas ou de desconsideração metodológica. Marx ensinou, em variados momentos da sua vida, a construção de uma exposição sistemática das suas análises sobre o Estado. Em novembro de 1844, por exemplo, ele preparou um rascunho com uma sequência de nove pontos sobre a abordagem histórica e jurídica do Estado moderno. O planejamento desta exposição aportava elementos centrais da análise deste objeto. No ordenamento da sua proposta, o autor alemão tomaria a Revolução Francesa como marco histórico da origem do Estado moderno, passaria pela constituição e pela proclamação dos direitos, pela relação entre Estado e Sociedade Civil, pelas formas de representação política, pela divisão dos poderes governamentais e finalizaria com os partidos políticos e o sufrágio na luta pela “abolição do Estado e da sociedade burguesa” (Marx, 2010a, p. 666).

Já no prefácio da sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado cerca de três lustros depois (1859), ele anunciou outra proposta de análise sobre o Estado, desta vez lastreada pela crítica ao sistema econômico burguês, que apresentava a seguinte sequência: “capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior [e] mercado mundial” (Marx, 2010b, p.261). Além disso, explicando melhor o significado desta divisão temática, Marx (2010c, p. 270), em carta escrita no ano anterior (1858), elucidou que teria almejado uma apresentação com caráter “inteiramente científico”, que se encontraria dividida em seis livros, e que teriam os títulos anteriormente apresentados. O teor desta carta explicita, portanto, o desejo do autor alemão em escrever um livro com enfoque específico sobre o Estado.

Contudo, esse desejo não se objetivou. Mesmo assim, não obstante a ausência dessa exposição teórica por parte do autor alemão, é possível observar dentro da totalidade de sua obra a recorrência da categoria do Estado. Nesse sentido, visualizando-se a bibliografia de Marx por meio de um condutor metodológico, pode-se afirmar que a análise sobre o Estado no seu pensamento deve ser lastreada por três requisitos centrais:

a) precisa levar em consideração que, dentro da sua perspectiva metodológica, uma categoria representa a expressão pensada, teórica, das determinações que consubstanciam a dinâmica do objeto analisado. Desta maneira, se o objeto se encontra em movimento, é escusado afirmar que ele está se processando por novas determinações que, inclusive, incidem nas determinações previamente existentes e que podem alterar os seus sentidos, conteúdos e formas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Estado não é uma entidade natural ou estática, e se encontra, portanto, perpassado por modificações históricas. Isso ocorre não apenas nas formas estatais que prevaleceram em modos de produções distintos, mas também no interior de um mesmo modo de produção, como o capitalista. A sua representação teórica não deve ser concebida de forma arbitrária, delimitando-se, por exemplo, a sua natureza ou a sua funcionalidade.

A presença desta categoria no interior das obras teóricas (e políticas) de Marx acompanha, mesmo que não seja de forma explícita, uma tentativa de atualização, via representação teórica, das novas determinações consubstanciadas no desenvolvimento do Estado. A título de exemplo, o Estado evocado por Marx (2010d) em 1843, na sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, possui importantes diferenças daquele figurado mais de três décadas depois, em 1875, na sua *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx, 2010e)<sup>1</sup>.

b) precisa remeter ao processo de formação teórica, metodológica e política do próprio Marx. Como é natural em qualquer pensador (e, com maior relevo, para os mais grandiosos), a constituição do seu pensamento analítico não ocorreu nem de maneira estática, nem linear. Ao lado da capacidade de adensamento e de aprofundamento de algumas premissas e perspectivas, ocorreram, também, por meio de novas assimilações e incorporações analíticas, variados movimentos de inflexão. Assim, se, de um lado, pode-se identificar condutores teóricos, metodológicos e políticos que caracterizam por uma presença contínua nas obras de Marx, de outra forma, constata-se que, nas apresentações destes fenômenos, situam-se, em maior ou menor grau, importantes alterações figurativas e de conteúdo.

Dentro deste quadrante, o evoluir da crítica da economia política realizada pelo autor alemão representa um processo de largo espectro cronológico, assim como de elevada acuidade teórica. Se for possível identificar o primeiro lustro dos anos de 1840 como marco para os primeiros contatos de Marx com a economia política, é bastante difícil se afirmar que o autor alemão tenha, depois, relegado estes estudos em algum momento da sua vida. Além disso, a sua dedicação teórica perscrutadora hercúlea, somada com a preocupação em apreender elementos contraditórios estruturais do modo de produção capitalista, o conduziu a um aprofundamento analítico inédito desta área de conhecimento, que não apenas lhe permitiu uma verticalidade nos

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que, especialmente nas obras mais juvenis de Marx (quando o autor alemão ainda não possuía precisão metodológica distintiva entre epistemologia e ontologia), a indicação histórica do Estado pode se encontrar subordinada à utilização presente na obra por ele criticada. Exemplificando: a representação analítica do Estado examinado por Marx (2010d) na sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* se encontra tangenciada pela visão apresentada por Hegel sobre este objeto, derivada do momento histórico da análise do filósofo idealista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

estudos, mas também repercutiu em alterações metodológicas e teóricas nesta área de conhecimento.

c) para uma análise comparativa entre aquilo que está exposto nas obras de Marx, é importante se tomar como referência o ponto mais desenvolvido, seja de forma histórica ou teórica<sup>2</sup>. Tanto na investigação histórica do desenvolvimento do Estado, como na análise de sua expressão teórica, faz-se necessário priorizar o momento mais amplo de suas determinações. Na formação do pensamento de Marx, isso fica relacionado à adoção das suas obras mais desenvolvidas como referência de análise. Nesse sentido, mesmo textos que, em princípio, apontem para uma relevância maior no tratamento analítico sobre o Estado, precisam ser interpretados a partir de obras ulteriores.

Um grande exemplo deste anunciado, conforme será apresentado com mais detalhes à frente, é uma comparação entre a exposição sobre o Estado realizado por Marx e Engels (2010) em 1848, no *Manifesto do Partido Comunista*, e aquela presente em *O Capital* (Marx, 2010g), publicado em 1867. De forma comparativa, se observa que o enfoque sobre o Estado e as relações políticas se encontram mais manifestas naquela obra, e que, nesta, a análise deste objeto não está sistematizada. Contudo, existe uma grande diferença entre os níveis de análise das determinações presentes nas duas obras, sendo a publicada em 1867 muito mais propícia a uma investigação sobre as características centrais do Estado capitalista.

O objetivo deste texto foi apresentar algumas determinações analíticas acerca da categoria do Estado dentro de obras teóricas de Marx, baseando-se no processo de formação deste autor em relação à sua crítica da economia política. Para tanto, buscou-se destacar algumas variações acerca desta análise, tendo por base uma prioridade analítica das obras economicamente mais desenvolvidas, especialmente, *O Capital*.

## **Desenvolvimento da crítica de Marx à Economia Política e seus impactos na análise do Estado:**

---

<sup>2</sup> Isso não quer dizer que a exposição teórica deva reproduzir, de maneira cronológica (ou seguindo linearmente o seu evoluir), as manifestações históricas. Dentro das obras maduras de Marx (com destaque para o primeiro livro de *O Capital*), salienta-se tanto a diferença entre o método de investigação e o método de exposição, como que este precisa seguir uma caracterização lógica, em que a expressão narrativa acompanha, de forma metodológica, as especificidades e particularidades do objeto analisado (Müller, 1982).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O processo de formação do pensamento econômico de Marx e, por conseguinte, o desenvolvimento de sua crítica à Economia Política, produziram relevantes impactos na sua análise sobre o Estado, conforme assume o autor alemão:

A minha investigação levou-me à conclusão de que nem as relações jurídicas nem as formas políticas podem ser compreendidas, sejam por si mesmas ou com base num suposto desenvolvimento geral da mente humana. Mas que, pelo contrário, têm origens nas condições materiais de vida, a totalidade que Hegel, seguindo o exemplo dos pensadores ingleses e franceses do século XVIII, emprega no termo “sociedade civil”; que a anatomia desta sociedade civil, no entanto, deve ser procurada na economia política (Marx, 2010b, p. 262).

De modo particular, no que diz respeito a esse processo de assimilação e adesão críticas de Marx sobre a Economia Política, podem-se identificar três momentos cronológicos principais: a) até a primeira metade da década de 1840, em que se pode caracterizar a crítica de Marx à economia política como uma análise essencialmente fundada na filosofia alemã, que se configurava por uma rejeição moral, política e teórica, e que se pautava por uma externalidade de temáticas e categorias (como a alienação); b) a partir da segunda metade da década de 1840 até o início dos anos de 1850, em que Marx, influenciado por pesquisas teóricas na economia política e por descobertas e contatos políticos, associou-se, gradativamente, à teoria do valor-trabalho, reproduzindo, neste momento, a chamada teoria dos salários de David Ricardo; c) a partir da segunda metade dos anos de 1850, em que Marx, após gigantesco esforço de assimilação e de análise da economia política, empreendeu uma crítica original nessa ciência, exemplarmente demonstrada na categoria da mais-valia (Wellen, 2020).

Essas etapas da formação do pensamento de Marx, por sua vez, produziram rebatimentos importantes na sua análise acerca do Estado, como se observa a partir de uma abordagem comparativa entre algumas de suas obras teóricas. Seguindo procedimentos metodológicos indicados anteriormente, apresentam-se alguns destes elementos, por meio de uma sequência inversa à cronologia de suas publicações.

Seja por causa de sua densidade teórica e escopo analítico, ou pela originalidade e precisão expositiva, a principal obra econômica de Marx é, sem dúvidas, *O Capital*. Publicado originalmente em 1867, o primeiro livro desta obra resulta de um longo percurso de estudos, especialmente dentro da economia política. É fato que Marx, até o final dos anos de 1840, já tinha análises críticas importantes sobre a economia política. Contudo, foi a partir do início da década de 1850 que ele realizou uma gigantesca imersão teórica e histórica nesta área de conhecimento. Tal fato foi propiciado pela sua chegada a Inglaterra, quando passou a ter acesso não somente a valiosos e importantes materiais de análises, mas também pôde acompanhar de perto o debate



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

classista sobre a economia política. Destaca-se que, para o audacioso projeto de “examinar o modo de produção capitalista e as condições de produção e de troca que lhe correspondem”, o autor alemão adotou a Inglaterra, pelas suas condições econômicas, sociais e políticas da época, como “ilustração central do desenvolvimento das suas ideias teóricas” (Marx, 2010e, p. 08).

Seguindo-se uma cronologia estendida, poder-se-ia indicar que o projeto de uma obra dedicada à crítica da economia política remontaria a 1845, quando Marx assinou um contrato com Karl Leske, para a publicação de “um livro que seria intitulado *Crítica a Economia e à Política*”, e que seria finalizado no verão deste ano (McLellan, 1995, p. 126). Entretanto, bem diferente do prazo de entrega inicialmente prometido, a primeira tentativa de exposição da sistematização das análises sobre a economia política só foi publicada por Marx em 1859, com a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* (Marx, 2010g).

De fato, o final dos anos de 1850, representa um marco na análise de Marx sobre a economia política. Isso se observa, por exemplo, no conjunto de rascunhos que o autor alemão produziu de pesquisas e análises sobre esta área de conhecimento. Existem, pelos menos, três grandes conjuntos de anotações que serviram de base para a construção da sua crítica da economia política, respectivamente datados de: a) 1857-58, os chamados *Esboços da Crítica da Economia Política (Grundrisse)*; b) 1861-63, o material que serviria de continuação à obra publicada em 1859, informalmente nomeado de *Manuscritos Econômicos*; c) 1862-63, os escritos relativos à pesquisa sobre a história da economia política e que ficaram conhecidos como *Teorias da Mais-Valia*.

Neste período também se percebe a intenção de Marx em expor, de forma sistematizada, uma análise sobre o Estado. Conforme indicado anteriormente, o autor alemão, no planejamento da sua crítica da economia política, anunciava a importância de se apreender, no funcionamento do modo de produção capitalista, o Estado. O seu projeto que, posteriormente, viria a se transformar nos três livros de *O Capital*, estava, neste momento, planejado para seis livros: “1. Do capital (contém alguns capítulos introdutórios). 2. Da propriedade da terra. 3. Do trabalho assalariado. 4. Do Estado. 5. Comércio exterior. 6. Mercado mundial” (Marx, 2010c, p. 270).

Na mesma época, nos rascunhos de 1857-58, Marx detalha um pouco mais o seu enfoque analítico sobre o Estado, que estaria conectado com a regulação econômica capitalista, assim como com as disputas de classes:

Então, o *Estado*. [Estado e sociedade burguesa civil]. – Os impostos, ou a existência da classe improdutiva. – A dívida pública. – A população. – O Estado nas suas relações internacionais: colônias. Comércio exterior. Câmbio. Dinheiro como moeda internacional. – Finalmente, o mercado mundial. Usurpação da sociedade burguesa [civil] sobre o Estado.

Crises. Dissolução do modo produção e forma social baseados no valor de troca. A posição real do trabalho individual como social e vice-versa. (Marx, 2010h, p. 195).

Nesta pequena passagem de sua anotação, é possível apontar que Marx, buscando analisar a sociedade a partir do lastro econômico, indica uma importância decisiva do Estado para o advento do modo de produção capitalista. A ampliação das relações mercantis, demarcada na constituição do mercado mundial seriam, por exemplo, impossíveis sem as intervenções estatais. Além disso, seja na determinação das moedas, na regulação jurídica, ou no uso da dívida pública como elemento do processo de acumulação capitalista, explicita-se a presença indispensável do Estado. Não obstante, a última frase desta passagem que, naquele momento histórico, ainda aparecia sem grande sentido preciso, representa uma das principais contribuições para apreender uma importante especificidade do Estado dentro da sociedade capitalista, assim como um princípio econômico cogitado da sua superação<sup>3</sup>.

Nos anos imediatamente seguintes à construção deste plano, Marx provavelmente retirou das suas prioridades de análises o enfoque direcionado para o Estado. Mesmo levando-se em conta algumas controvérsias interpretativas sobre as etapas do planejamento que o autor alemão empreendeu para a construção de *O Capital*<sup>4</sup>, parece ser fato que, nos rascunhos e sumários desta época, não se encontra mais o destaque atribuído anteriormente à análise sobre o Estado. Isso não quer dizer, contudo, que a análise deste objeto não se encontre presente dentro das obras direcionadas pela análise econômica de Marx deste período, nem, muito menos, que o Estado seja irrelevante para o exame do modo de produção capitalista. A ausência de explicitação de enfoque analítico específico desta categoria não invalida a sua presença e importância dentro destas obras de Marx.

Existem, nos três livros que compõem *O Capital*, várias passagens em que se encontram conduções analíticas acerca do Estado capitalista. Em termos históricos, essas análises aparecem desde a transição social para a vigência do capitalismo, até o advento de formas mais desenvolvidas de capital, como o capital fictício. No livro I de *O Capital*, destaca-se, por exemplo, a necessidade do Estado para o advento do modo de produção capitalista que, comparado com o

---

<sup>3</sup> Conforme analisado nos três livros de *O Capital*, uma das contradições centrais do modo de produção capitalista se refere à incompatibilidade entre valor e preço, implicando na mediação da forma mercadoria na conformação do trabalho social. Isso se reflete, ao mesmo tempo, na impossibilidade e na necessidade de planejamento econômico (Wellen, 2023).

<sup>4</sup> Por exemplo, se Rosdolsky (1977) identificou, entre 1857 e 1868, cerca de 14 rascunhos de planejamento para *O Capital*, Deus (2005) adverte que, dentro da metodologia dinâmica e processual de trabalho teórico de Marx, seria impossível determinar uma quantidade de planos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Estado feudal, se consubstancia por novas determinações, passando de uma regulação mais comunitária, até se subsumir pela centralidade da forma mercadoria. Vale ressaltar que o encaminhamento expositivo adotado por Marx neste livro leva em consideração justamente esse elemento: para ele, a forma mercadoria se constitui como a célula da sociedade capitalista. É através dela que se explicam os variados fenômenos desta sociedade, incluindo-se as regulações jurídicas e o próprio Estado.

A centralidade da forma mercadoria demarca a especificidade do modo de produção capitalista a partir de dois elementos centrais: a) a total dominação da produção pela mercantilização (expresso no valor de troca); b) a transformação da força de trabalho em mercadoria (manifestado no salário). Ambas as condições, conforme Marx (2010i) demonstra especialmente nos capítulos sobre a organização do trabalho no capitalismo e a determinação da jornada de trabalho, e na parte sobre a *Assim chamada acumulação primitiva*, tiveram o Estado como protagonista da sua realização. Várias são as funções do Estado requeridas para a universalização da forma mercadoria, como a unificação e o monopólio dos pesos e medidas, necessários para a quantificação do valor das mercadorias, a concentração da produção e a cunhagem de dinheiro, ou a regulamentação social das mediações econômicas por meio de contratos jurídicos de propriedade privada.

Não obstante, o destaque recai sobre a ação do Estado para a construção da classe trabalhadora. A transformação da força de trabalho em mercadoria não se deu, exclusivamente, através da coerção e da expropriação dos meios de produção. Foram necessários vários elementos que tanto impuseram a necessidade de venda da força de trabalho no mercado, como que mediou essa relação como uma troca de mercadorias, escamoteada do processo de exploração.

Não basta que as condições de trabalho estejam concentradas num polo da sociedade, sob a forma de capital, enquanto no outro estão massas de pessoas agrupadas que não têm nada para vender a não ser a sua força de trabalho. Também não é suficiente que sejam obrigados a vendê-la voluntariamente. O avanço da produção capitalista desenvolve uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, considera as condições desse modo de produção como leis da natureza evidentes. A organização do processo de produção capitalista, uma vez plenamente desenvolvido, derruba todas as resistências. A geração constante de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, mantém os salários numa rotina que corresponde às necessidades do capital. A estúpida compulsão das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista. É claro que a força direta, de forma extra econômica, ainda é utilizada, mas apenas excepcionalmente. No funcionamento normal das coisas, o trabalhador pode ser deixado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital, que surge e é garantida perpetuamente pelas próprias condições de produção. Diferentemente aconteceu durante a gênese histórica da produção capitalista. À burguesia, na sua ascensão, interessa e usa o poder do Estado para “regular” os salários, isto é, para forçá-los dentro dos limites adequados à produção de mais-valia, prolongando a jornada de trabalho e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mantendo o próprio trabalhador no grau normal de dependência. Este é um elemento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (Marx, 2010i, p. 726).

O Estado se configurou, de diversas formas, como uma entidade necessária ao advento do modo de produção capitalista. As regulações econômicas capitalistas seriam impossíveis sem os seus correlatos jurídicos, assim como pelas intervenções coercitivas e econômicas. Nesse sentido, Marx aponta, de forma cristalina, a relação entre as funcionalidades do Estado capitalista com os interesses da classe burguesa. Contudo, diferentemente de suas análises presentes até o final dos anos de 1840, é em *O Capital* que o autor alemão indica, de forma bem mais precisa, as especificidades desta entidade dentro do capitalismo. Como consta na passagem anterior, destaca-se não somente que o controle capitalista sobre a classe trabalhadora não pôde ser realizado sem as intervenções estatais, mas que, gradativamente, a classe capitalista passou a delimitar, de forma direta, o formato da sua coerção: “É claro que a força direta, de forma extra econômica, ainda é utilizada, mas apenas excepcionalmente” (idem).

O contexto histórico do modo de produção capitalista reconfigurou a forma interventiva do Estado, especialmente perante as imposições da classe dominante. Ainda que opere como um gendarme de manutenção da ordem estabelecida, as regulações estatais incidem nas lutas de classes e por elas sofrem influências. Para exemplificar esse fato, Marx indica os impactos sobre a realização do trabalho assalariado, que seguiram “determinações minuciosas, com uniformidade militar, que regulam ao ritmo de relógio, os períodos, limites e pausas no trabalho” em que a sua “formulação, reconhecimento oficial e proclamação pelo Estado foram resultado de uma longa lutas de classes” (Marx, 2010i, p. 287-288).

Além disso, o que está em questão na análise aqui realizada é que, seguindo o pensamento de Marx nesta obra, não se trata de desconsiderar o fato histórico que as lutas de classes incidem diretamente na funcionalidade do Estado, mas que as formas e incidências deste fenômeno se alteraram a partir da vigência do capitalismo. Estas alterações se correlacionam diretamente com as especificidades da exploração oriundas da vigência do capitalismo. O elemento central deste fenômeno é a transformação da força de trabalho em mercadoria, que se tornou a base do processo de produção e acumulação econômica:

Para a conversão do seu dinheiro em capital, portanto, o proprietário dinheiro deve se encontrar no mercado com o trabalhador livre, livre no duplo sentido de que, como homem livre, ele pode dispor de sua força de trabalho como sua própria mercadoria e de, por outro lado, por não ter nenhuma outra mercadoria para vender, carece de tudo o que é necessário para a realização de sua força de trabalho (Marx, 2010i, p. 179).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Vale ressaltar que, no que concerne ao entendimento desta categoria (força de trabalho), Marx realizou, no final da década de 1850, uma apreciação crítica que o possibilitou superar um limite analítico da economia política. Segundo McLellan (1995, p. 281), é a partir dos rascunhos de 1857-58 (*Grundrisse*), que Marx, ao afirmar que “o que o operário vendia não era seu trabalho [labour], mas sim a sua capacidade de trabalho [labour-power]”, conseguiu diferenciar, de forma sistemática e precisa, as categorias trabalho e força e trabalho<sup>5</sup>. Foi por meio desta diferenciação categorial que o autor alemão avançou nas suas pesquisas dentro da economia política e conseguiu oferecer uma análise inovadora sobre o valor. Diferentemente, por exemplo, de Adam Smith e de David Ricardo, Marx apresentou, especialmente a partir dos seus escritos de 1865 (Marx, 2010j), que o valor produzido pela realização do trabalho não pode ser confundido com o valor recebido pelo trabalhador, pela venda da sua força de trabalho. É desta diferença, entre o que determina o valor da mercadoria, e o que se relaciona com os custos da reprodução da força de trabalho, que se apresenta a categoria da mais-valia.

A descoberta teórica desta determinação do modo de produção capitalista conduziu, conseqüentemente, a uma abordagem diferente sobre o Estado. A própria concepção de luta de classes, nas suas relações econômicas e políticas, sofreram alterações a partir da incorporação desta categoria. Entendendo-se que o salário da classe trabalhadora não é uma expressão daquilo que resultou do trabalho destas pessoas, mas representa, tendencialmente, apenas uma parcela deste valor produzido, explicita-se uma luta pela repartição econômica desta riqueza. Assim, a luta de classes, notadamente na esfera econômica, representa um embate pela divisão deste valor produzido pela classe trabalhadora e que teve uma parte apropriada pela classe capitalista. Em termos monetários, trata-se de um embate entre o salário da classe trabalhadora e o lucro da classe capitalista.

Se essa análise deriva da utilização da mais-valia, é óbvio que ela não se encontra presente nas obras de Marx anteriores a essa descoberta. Em 1848, no *Manifesto Comunista* (Marx, Engels, 2010), por exemplo, a abordagem econômica adotada por Marx (e Engels) era bastante diferente. Quando se compara esta obra com as primeiras análises destes autores sobre

---

<sup>5</sup> Ressalta-se que a terminologia usada por Marx se alterou nas obras posteriores aos *Grundrisse* (1857-58), aproximando-se de um uso mais preciso dentro da economia política: no lugar de *capacidade de trabalho*, ele passou a empregar *força de trabalho*. Além disso, tanto no idioma alemão (*arbeitskraft*), como no inglês (*labour power*), este termo indica também a qualidade de poder ou potência de trabalho. Este último sentido, pela referência abstrata e de possibilidade de realização futura, expõe, de forma mais precisa, a análise apresentada por Marx em *O Capital*.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a economia política, realizadas no entorno dos anos de 1843 e 1844, (Engels, 2010; Marx, 2010l), é possível perceber avanços importantes, especialmente pela adesão à teoria do valor-trabalho (e o gradativo rechaço à teoria subjetivista do valor) e, conseqüentemente, pela adoção da produção (e não da circulação), como esfera de análise da fonte do valor e do lucro. Contudo, seja nesta obra de 1848, ou suas principais publicações econômicas de Marx deste período, como a *Miséria da Filosofia* (Marx, 2010m) e o *Trabalho Assalariado e Capital* (Marx 2010n), encontra-se a reprodução de uma abordagem cristalizada dentro da economia política e que o autor alemão desmistificou em obras posteriores a 1860.

De forma geral, nas obras de Marx da segunda metade dos anos de 1840, constava uma tese, dentro da chamada teoria dos salários de Ricardo, que a situação econômica da classe trabalhadora se rebaixaria, naturalmente, ao mínimo de subsistência<sup>6</sup>. Sob esse prisma, de nada adiantariam as pressões da classe trabalhadora para conquistar melhores salários, visto que, se isso ocorresse, seria imediatamente compensado pelo aumento dos preços das mercadorias necessárias à reprodução dos integrantes desta classe. Pautava-se uma condição natural de empobrecimento da classe trabalhadora, que, na época, Marx anunciava, de forma exclusiva, como *pauperismo absoluto*. Nesse sentido, a luta sindical, por exemplo, direcionada para embates sobre conquistas econômicas, se configuraria de forma inócua. A impossibilidade de conquistas econômicas dentro do capitalismo refrataria, por seu turno, no relevo do Estado como uma entidade de controle e de opressão da classe trabalhadora, assim como na necessidade explosiva ou rudimentar de transformação social.

Em 1865, nas palestras realizadas em Londres para integrantes da classe trabalhadora, Marx apresentou resultados importantes das suas pesquisas, que enfrentavam diretamente essa tese tão presente na economia política. É curioso que, neste momento, o autor alemão admoesta posições políticas e teóricas que, cerca de duas décadas antes, apareciam reproduzidas em suas obras. Um dos alvos das suas críticas realizadas em 1865, John Weston (que era um importante líder trabalhista inglês), representava uma posição política e teórica semelhante à de Marx do final dos anos de 1840.

Esta concepção econômica adotada na segunda metade dos anos de 1840 lastreou a análise presente no *Manifesto do Partido Comunista*, demarcando também a configuração do

---

<sup>6</sup> Nesta tese, que ficou coloquialmente famosa como “a lei de ferro dos salários”, Ricardo (2001), usa o termo “preço natural do trabalho” (que Marx reproduziu nas suas obras da segunda metade dos anos de 1840), em comparação com o “preço de mercado do trabalho”. Aquele indicaria a tendência geral da condição de subsistência da classe trabalhadora, que, momentaneamente, poderia oscilar para este.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Estado. Diante do pauperismo absoluto<sup>7</sup>, em que “o proletariado não tem nada a perder a não ser os seus grilhões” (Marx, Engels, 2010, p. 519), a luta contra o Estado manifesta-se de forma determinista. Nesse sentido, ao analisar a concepção de Estado presente nesta obra de Marx e Engels, Coutinho (1996, p. 21) afirma que, “por causa da tendência à pauperização absoluta, que levaria à necessidade de uma coerção permanente, a luta de classes assumiria imediatamente a forma de guerra civil”. O autor brasileiro relaciona, corretamente, a análise do Estado apresentado na obra de 1848 com a ideia de pauperismo absoluto, indicando que esta perspectiva viria a ser superada posteriormente. Contudo, a análise de Coutinho apresenta uma clara limitação, visto que ele não se propõe a extrair indicações importantes sobre a análise do Estado na principal obra de Marx (*O Capital*).

É importante ressaltar algo já afirmado: a necessidade de que a análise do Estado capitalista realizada por Marx precisa pressupor o evoluir da sua crítica da economia política. Mesmo que Coutinho aponte, em alguns momentos do seu texto para esse fato, a sua exposição é insuficiente. Centrando-se na oposição política entre uma “ditadura do proletariado” ou uma “república democrática”, o autor brasileiro afirma, por exemplo, que Engels, em 1891, foi “o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria do Estado” (Coutinho, 1996, p. 28). Buscando subsidiar a sua afirmação, Coutinho (1996, p. 27) elucida que: “o último Engels não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal”<sup>8</sup>, mas “ele vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como ‘poder opressivo’), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados”, que resultam também em “pacto” ou “contrato”.

A limitação central que se apresenta na análise de Coutinho não é indagar se Marx (ou Engels) teria ou não reconsiderado a sua visão sobre o Estado, mas qual foi o enfoque que ele usou para examinar essa inflexão, exacerbado em parâmetros da esfera política. No caso de Engels, a indicada “ampliação” da análise sobre o Estado não se derivou apenas de uma alteração em relação à sua estratégia política revolucionária (“ditadura do proletariado” x “república democrática”), mas, também, da influência das inflexões acerca da crítica da economia política, essencialmente produzidas por Marx. A categoria da mais-valia, por exemplo, desborda

<sup>7</sup> Conforme se exemplifica na seguinte afirmação: “Consequentemente, os custos de produção de um integrante da classe trabalhadora são delimitados, quase que inteiramente, pelos meios de subsistência que ele precisa para a sua manutenção e para a continuidade da sua espécie” (Marx, Engels, 2010, p. 491).

<sup>8</sup> Coutinho (1996, p. 27) ressalta, inclusive, a importância desta premissa, “cuja descoberta está certamente entre as maiores contribuições do marxismo à teoria política”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

necessariamente uma visão supostamente “restrita” de Estado. Engels, nesse sentido, como herdeiro da crítica da economia política apresentada por Marx, foi influenciado diretamente por essas análises, e isso também se expressa nas suas abordagens sobre o Estado capitalista.

A ideia de contrato, por exemplo, é amplamente presente em *O Capital* de Marx, notadamente quando o autor indica que, na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, as pessoas se relacionam como guardiões de mercadorias. Como as regulações jurídicas acompanham e subsidiam essas relações de troca, a forma contrato não é algo imposto, mas brota naturalmente no estabelecimento do Estado capitalista. De maneira abstrata, o contrato capitalista pressupõe duas relações complementares e contraditórias: a equivalência e a não equivalência. Para existir o processo de exploração, se precisa da venda da força de trabalho. O tratamento de equivalência, que está conectado com a esfera da circulação, manifesta-se na regulação jurídica e estatal. Contudo, essa relação de abstração das pessoas em torno de uma igualdade abstrata não ocorre de forma autônoma, mas funciona como pressuposto da exploração da classe trabalhadora e do processo de acumulação capitalista, e tem o Estado como regulador central (Wellen, 2019).

Sob esse enfoque, a coerção estatal não desaparece, mas passa a ser analisada a partir de outros contornos. O suposto sentido restrito do Estado, assim, se consubstancia por novas determinações:

A justiça das transações entre agentes de produção reside no fato de que estas surgem como consequências naturais das relações de produção. As formas jurídicas em que estas transações econômicas aparecem como atos intencionais das partes envolvidas, como expressões da sua vontade comum e como contratos que podem ser aplicados por lei contra alguma parte individual, não podem, sendo meras formas, determinar este conteúdo. Eles apenas expressam isso. Este conteúdo é apenas quando o corresponde, é apropriado, ao modo de produção (Marx, 2010o, p. 337-338).

Para apreender as especificidades históricas do Estado, não se precisa apenas que estas tenham surgido. Claro que isso é um requisito. Mas, reforça-se aqui a importância da capacidade analítica para conseguir captar essas novas determinações e, nesse sentido, as alterações na formação do pensamento de Marx foram importantes para demarcar essa especificidade. Não se trata apenas de indicar novos elementos históricos presentes no Estado, mas de que maneira a análise da época também está condicionada pelos avanços e limites do desenvolvimento teórico dos autores que a realizaram.

Além disso, claro que a afirmação emblemática do *Manifesto do Partido Comunista*, de que “o executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os assuntos comuns de toda a burguesia” (Marx, Engels, 2010, p. 486) é bastante limitada e não expressa as especificidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desta entidade dentro do capitalismo. Contudo, mesmo assim, é preciso entender de forma mais precisa tanto o que se encontra indicado nesta frase, como a sua localização dentro do desenvolvimento do pensamento dos autores que a escreveram. De um lado, destaca-se que, ao se referir aos “assuntos comuns de toda a burguesia”, não se está indicando simplesmente uma utilização instrumental do Estado pela classe dominante. O caráter opressor do Estado, tão expositivamente relevado na obra de 1848, já se encontrava, todavia, envolvido por mediações e abstrações analíticas. A unidade abstrata que perfaz os “interesses comuns” só existe através de mediações entre as particularidades que podem, inclusive, operar contra interesses específicos de frações e posições específicas das classes dominantes.

Por outro lado, é um grande equívoco pressupor que, no caso de Marx, essa visão não foi complementada e revisada posteriormente, especialmente a partir do desenvolvimento da sua crítica à economia política. Assim, mesmo considerando que a análise do Estado realizada em 1848 por Marx seja bastante limitada, ou, para empregar o termo de Coutinho, que seja “restrita”, é um equívoco se pensar que ela perdurou ao longo das obras do autor alemão. Conforme elucidado Netto (2004, p. 85), ainda que se sustente “que a concepção de Estado que comparece no *Manifesto [Comunista]* é ‘restrita’”, parece “inteiramente equivocado atribuir a Marx e a Engels, no conjunto de sua obra, tal concepção ‘restrita’ do Estado (como, igualmente, identificar a posição de ambos)<sup>9</sup>”.

Mas não se trata apenas de alterações no sentido histórico. Deve-se ressaltar também o desenvolvimento das análises teóricas desta categoria. Diferentemente do período em que escreveu, junto com Engels, o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx, a partir dos anos de 1860, superou, dentre outras coisas, uma visão determinista sobre o empobrecimento da classe trabalhadora. Com isso, o autor alemão conseguiu analisar de forma mais precisa o desenvolvimento da exploração econômica capitalista e, no lugar de restringir a sua análise ao pauperismo absoluto, ele passou também a destacar o seu momento relativo. Desta maneira, as contradições capitalistas passaram a ser apreendidas com mais mediações analíticas e a visualização sobre a natureza do Estado capitalista se tornou mais complexa.

A título de exemplo, pode-se apontar que, se as lutas da classe trabalhadora incidiram, por exemplo, na disputa pela determinação jornada de trabalho, obrigando o Estado (ou Parlamento, conforme consta no original) a reduzi-la, “o capital lançou-se com todas as suas forças na

---

<sup>9</sup> Sobre o desenvolvimento da análise do Estado no pensamento de Engels, ver: Elbe, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produção de mais-valia relativa, acelerando o aperfeiçoamento da maquinaria” (Marx, 2010i, p. 412-13). Nesse sentido, seguindo passos da crítica da economia política desenvolvida por Marx em *O Capital*, o aumento da composição orgânica do capital incidiu na superpopulação relativa e na transformação de parte da classe trabalhadora em contingente suplente ou até supérfluo para o capital. Tal análise, portanto, incidiu diretamente na reavaliação do autor alemão sobre as práticas e as necessidades de atuação do Estado.

### Considerações finais:

A pesquisa econômica desenvolvida e apresentada por Marx ao longo das suas obras e, com destaque, em *O Capital*, não pode ser tratada de forma isolada, e precisa ser utilizada como parâmetro para a análise do Estado e da política (dentre outras esferas e objetos). A sua condução metodológica, de caráter dialético e materialista, requer um afastamento de posicionamentos positivistas que, em geral, tendem para a naturalização e para a fragmentação da análise da realidade.

Conforme indicado anteriormente, se a análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista conduziu, por exemplo, à apresentação de processos contraditórios advindos do aumento da composição orgânica do capital, como a superpopulação relativa, é importante salientar que essa situação está conectada diretamente com as intervenções estatais. Nem a causa desta situação é exclusivamente econômica, nem os seus impactos se encontram delimitados pela esfera política. Trata-se de mistificação liberal contemporânea a indicação de que a responsabilidade sobre o destino deste contingente de pessoas desempregadas seja atribuído aos desígnios individuais ou, no máximo, às intervenções estatais.

Esta conjectura, que retira a necessidade da análise econômica das contradições do modo de produção vigente para apreender o Estado moderno, conduz, ao fim e ao cabo, a uma visão naturalizada e individualizante da realidade. Nela esquece-se de que, seja pelo exercício da coerção ou, de forma mais recente, pela utilização de políticas sociais, as velhas e as novas formas de intervenção estatal não surgem de uma suposta esfera política ou estatal autônoma e nem se explicam exclusivamente por ela.

### Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. Dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

DEUS, Leonardo Gomes de. Marx em tempos de MEGA: os planos e o plano de *O Capital*. In: **Revista Estudos Econômicos**. v. 45, n. 4. São Paulo, out-dez 2015. (pp. 927-954).

ELBE, Ingo. Estado dos capitalistas ou estado do capital? Linhas de recepção do conceito de Estado de Engels no século XX. In: **Verinotio, Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, 2020. (p. 168 – 193).

ENGELS, Frederick. Outlines of a Critique of Political Economy. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010.

MARX, Karl. Draft Plan for a Work on the Modern State. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 04 (Marx and Engels: 1844-45). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

\_\_\_\_\_. A Contribution to the Critique of Political Economy. Part One (Preface). In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 29 (Marx: 1857-61). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

\_\_\_\_\_. Marx to Ferdinand Lassalle (letter – 22 February 1858). In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 40 (Letters 1856-59). London: Lawrence & Wishart, 2010c.

\_\_\_\_\_. Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Law. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx: March 1843 – August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010d.

\_\_\_\_\_. Critique of the Gotha Programme. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 24 (Marx and Engels: 1874-83). London: Lawrence & Wishart, 2010e.

\_\_\_\_\_. Preface to the First German Edition (*Capital* Vol. I). In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 35 (Karl Marx – *Capital* Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010f.

\_\_\_\_\_. A Contribution to the Critique of Political Economy. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 29 (Marx: 1857-61). London: Lawrence & Wishart, 2010g.

\_\_\_\_\_. Economic Manuscripts of 1857-58. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 28 (Marx – 1857-61). London: Wishart, 2010h.

\_\_\_\_\_. *Capital: a Critique of Political Economy*. Book: I, The process of production of capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 35 (Karl Marx – *Capital* Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010i.

\_\_\_\_\_. Value, Price and Profit. In: Marx, K.; Engels, F. **Collected Works**. Volume 20 (Marx and Engels: 1864-68). London: Lawrence & Wishart, 2010j.

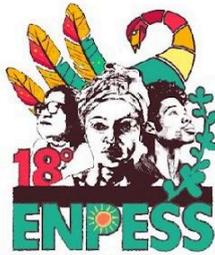
\_\_\_\_\_. Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. In: Marx, K.; Engels, F. **Collected Works**. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010l.

\_\_\_\_\_. The Poverty of Philosophy. Answer to the Philosophy of Poverty by M. Proudhon. In: Marx, K.; Engels, F. **Collected Works**. Volume 06 (Marx and Engels: 1844-48). London: Lawrence & Wishart, 2010m.

\_\_\_\_\_. Wage Labour and Capital. In: MARX, K; ENGELS, F. **Collected Works**. Volume 09 (Marx and Engels, 1849). London: Lawrence & Wishart, 2010n.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. Manifesto of the Communist Party. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**. Volume 06 (Marx and Engels 1844-48). London: Lawrence & Wishart, 2010.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: a Biography**. London: Papermarc, 1995.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em “O Capital”. In: **Boletim SEAF**, Belo Horizonte, v. 2, 1982. (p. 17-41).

NETTO, José Paulo. Para ler o *Manifesto do Partido Comunista*. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. Third edition. Ontario: Batoche books, 2001.

ROSDOLSKY, Roman. **The Making of Marx's 'Capital'**. London: Pluto Press, 1977.

WELLEN, Henrique. Karl Marx e a economia política: da rejeição moral à assimilação crítica. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, 2020. (p. 35-53).

\_\_\_\_\_. Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 03, 2023. (p. 455 - 465).

\_\_\_\_\_. Igualdade abstrata e desigualdade econômica: da equivalência da circulação à não equivalência da produção. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do Capital e Fundo Público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**